

GOVERNO PAGA PARCELA MENOR QUE SALÁRIO MÍNIMO AOS EDUCADORES GAÚCHOS

Desobedecendo a Constituição do Estado e, inclusive, a decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que proibiu o governo de parcelar salários, o governo Sartori, pela 20ª vez, parcela o pagamento dos educadores. Com o depósito de R\$ 650,00, menos que um salário mínimo, prejudica professores, funcionários de escola e suas famílias.

O que fazer com este valor? Como arcar com despesas básicas como alimentação da família, aluguel, condomínio, contas de água, luz e passagens para ir ao trabalho?

Para os aposentados a situação é ainda mais grave, pois não conseguem adquirir suas medicações.

SARTORI ESTÁ IMPEDINDO OS EDUCADORES GAÚCHOS DE ARCAR COM AS DESPESAS BÁSICAS PARA SUA SOBREVIVÊNCIA!

SARTORI TORTURA OS EDUCADORES

Os constantes ataques aos nossos direitos, têm feito a categoria adoecer. O que o governo Sartori e sua base aliada faz com os professores e funcionários de escola tem nome, é: **VIOLÊNCIA MORAL E PSICOLÓGICA**, atingindo a qualidade da educação.

Quais as condições emocionais que os professores têm de dar aula, se estão preocupados em como vão pagar suas contas, garantir a alimentação e o teto para suas famílias?

Isso tem que acabar!

Não queremos esmola, merecemos e temos direito aos nossos salários pagos em dia e na sua integralidade. E a sociedade gaúcha quer e merece uma escola pública de qualidade.



A FALSA CRISE DE SARTORI

Sartori utiliza nossos salários para chantagear a população gaúcha alegando crise econômica. Mente sobre a verdadeira situação dos cofres públicos e tenta colocar a culpa nos servidores. Segue a cartilha do PMDB, adotando a mesma política do governo ilegítimo de Temer, que ataca direitos dos servidores visando acabar com os serviços públicos e privatizar o que sobrou das estatais.

Com sua política de estado mínimo e de arrocho salarial, Sartori e sua base aliada aprofundam a crise ao parcelar os salários, diminuindo o poder de consumo que é um dos propulsores da economia.



PIOR GOVERNO DA HISTÓRIA

Sartori não combate a sonegação (7 BILHÕES em 2016), a isenção fiscal (9 BILHÕES em 2016), fecha importantes fundações e tenta vender o patrimônio público do Rio Grande do Sul (CEEE, CRM, Corsan, Banrisul e Sulgás), enfraquecendo o poder de intervenção do Estado na economia. De forma vergonhosa, chantageia os gaúchos para conseguir aprovar a renegociação da dívida do Rio Grande do Sul com a União.

Com isso, abre mão de discutir na justiça a compensação federal em relação a Lei Kandir, que é a legislação sobre o ICMS que causou perdas de R\$ 48 bilhões na arrecadação de impostos estaduais. Isso praticamente quitaria a dívida com o governo federal.

O maior deboche é o fato do governo investir pesado em campanhas publicitárias. São mais de 3 MILHÕES para vender a ilusão de que está empenhando esforços para o crescimento do Rio Grande do Sul.

Por fim, o governo não explica onde aplicou os R\$ 15,8 bilhões da arrecadação do ICMS até junho de 2017, alcançando 50,1% do orçamento para o ano.

O QUE FALTA AO ESTADO É A APLICAÇÃO DE UMA POLÍTICA SÉRIA, COMPROMETIDA COM O ATENDIMENTO DOS INTERESSES DA POPULAÇÃO. CHEGA DE DESRESPEITO: É GREVE!

